



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE TOLEDO

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE TOLEDO - PROJUDI

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.905-010 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular:

(45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

Autos nº. 0001557-68.2026.8.16.0170

Processo: 0001557-68.2026.8.16.0170

Classe Processual: Mandado de Segurança Cível

Assunto Principal: Inquérito / Processo / Recurso Administrativo

Valor da Causa: R\$1.518,00

Impetrante(s): • EDIMILSON DIAS BARBOSA (RG: 79750115 SSP/PR e CPF/CNPJ: 007.495.049-51)

Graciliano Ramos, 319 - Vila Industrial - TOLEDO/PR - CEP: 85.904-130 - E-mail: alexandregregorio@gmail.com - Telefone(s): (45) 99960-2020

• VALDOMIRO NUNES FERREIRA (RG: 67864247 SSP/PR e CPF /CNPJ: 019.631.349-07)

Mariana Zanetti, 1849 - Jardim Panorama - TOLEDO/PR - CEP: 85.911-130 - E-mail: alexandregregorio@gmail.com - Telefone(s): (45) 99919-9520

Impetrado(s): • PRESIDENTE DA CÂMARA DE TOLEDO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) Sarandi, 1049 - Centro - TOLEDO/PR - CEP: 85.900-030 - E-mail: gabriel.baierle@outlook.com - Telefone(s): (45) 99935-2637

• PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) Sarandi, 1049 - Centro - TOLEDO/PR - CEP: 85.900-030 - Telefone(s): (45) 3196-2800

DECISÃO

1. Trata-se de **mandado de segurança** impetrado por **Edimilson Dias Barbosa e Valdomiro Nunes Ferreira** contra ato administrativo praticado pelas autoridades coatoras **Presidente da Câmara Municipal de Toledo (Gabriel Bueno Baierle) e Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Toledo (Genilvado de Jesus Pinto de Castro)**.

Os impetrantes narraram na inicial, em síntese, que são vereadores do Município de Toledo e passaram a figurar como representados no Processo Disciplinar nº 001/2025, instaurado no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; alegaram que o sistema eletrônico da Câmara Municipal não permite extração de cópia integral sequencial do processo administrativo, motivo pelo qual juntaram aos autos os documentos conforme disponibilizados; afirmaram que o mandado de segurança não busca reexame do mérito político-administrativo do processo disciplinar, mas apenas o controle da legalidade dos atos praticados pelo



Conselho de Ética; relataram que apresentaram defesa escrita na qual suscitaram impedimento e suspeição do Presidente do Conselho, do Relator e de outro membro, com fundamento no art. 69 do CEDP e no art. 145 do CPC; sustentaram que, apesar dessa arguição, o Presidente do Conselho designou reunião de instrução para o dia 11/02/2026 sem prévio saneamento, em violação ao art. 27 do Código de Ética, que determina a suspensão do processo até deliberação do colegiado; afirmaram que a Câmara vem deixando de promover intimações regulares aos representados ou ao advogado; narraram que apresentaram impugnação à designação da audiência, a qual foi indeferida monocraticamente pelo Presidente do Conselho; alegaram que referida decisão é ilegal, pois usurpa competência exclusiva do colegiado, afronta o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e o princípio da colegialidade; asseveraram que há iminente risco de realização de atos instrutórios conduzidos por autoridades cuja imparcialidade foi formalmente questionada sem prévia deliberação; defenderam que a manutenção dos atos viciados gera prejuízos irreparáveis e compromete a higidez do procedimento disciplinar. Assim, **os impetrantes requereram a concessão de medida liminar para suspensão imediata dos efeitos das decisões monocráticas do Presidente do Conselho de Ética que designaram a reunião de instrução e indeferiram o pedido de suspensão do processo e de convocação de reunião colegiada; a suspensão integral da tramitação da Representação nº 001/2025 até o julgamento final do mandado de segurança; a determinação para que o Presidente do Conselho convoque reunião específica destinada à apreciação colegiada das preliminares de impedimento e suspeição.** Ao final, requereram a concessão definitiva da segurança para anular as decisões monocráticas impugnadas e determinar a convocação de reunião colegiada para deliberação sobre as preliminares apresentadas, além da autorização para juntada de prova documental superveniente.

É o relatório.

2. Recebo a petição inicial com o aditamento da seq. 19.

3. Para que seja concedida medida liminar em sede de mandado de segurança é necessário que estejam presentes os seguintes requisitos: fundamento relevante e ineficácia da medida (artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009).

O fundamento relevante, deve ser analisado a partir do próprio procedimento célere e ágil do mandado de segurança, que, desde o seu modelo constitucional, pressupõe a existência de direito líquido e certo.

Ter direito líquido e certo significa a necessidade de apresentação de prova pré-constituída dos atos ou fatos alegados pelo impetrante diante da inexistência da fase instrutória no mandado de segurança. Portanto, o fundamento relevante significa altíssimo grau de probabilidade de veracidade dos fatos narrados e comprovados pelo impetrante.

A ineficácia da medida, por sua vez, deve ser entendida como a necessidade da prestação da tutela jurisdicional antes da prolação da sentença, sob pena de comprometimento do resultado útil do mandado de segurança.



No caso, o mandado de segurança foi impetrado contra atos comissivos das autoridades coatoras praticados no bojo do Processo Disciplinar 001/2025.

Os impetrantes alegam que por ocasião da apresentação de defesa escrita, suscitaram, em sede preliminar, o impedimento e a suspeição do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Genivaldo Jesus, do Relator na Representação nº 01/2025, Marcos Zanetti, bem como do membro do referido Conselho, Odir Zoia, por analogia ao art. 145, CPC.

Alegam, ainda, que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ora Impetrado, designou reunião de instrução da Representação nº 01/2025 para o dia 11 de fevereiro de 2026, nos horários de 8h00min e 14h00min, sem o prévio saneamento do feito, consistente na imprescindível convocação e deliberação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acerca das preliminares de impedimento e suspeição suscitadas pelos Representados em suas defesas escritas. Que a decisão foi impugnada pelos impetrantes, que vislumbram a necessidade de julgamento da preliminar alegada pelo colegiado do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, previamente à instrução, e não monocraticamente pelo presidente do Conselho, como foi feito.

No presente caso, não verifico a presença dos requisitos autorizadores da medida quanto ao pedido liminar.

Para fazer jus à concessão da segurança pela via do Mandado de Segurança, os impetrantes deveriam ter trazido aos autos prova inequívoca de deterem o direito líquido e certo que alegam ter sido violado.

No caso, os elementos não estão presentes. Isso porque, no mandado de segurança nº 004712-75.2025.8.16.0170, ajuizado pelos impetrantes em 16/10/2025, este juízo já enfrentou, por ocasião da sentença (em anexo), a alegação de que os vereadores Genivaldo Jesus, Marcos Zanetti e Oseias Soares (também por motivo de filiação partidária) seriam suspeitos/impedidos, e rejeitou, no mérito, a alegação, confirmando a decisão já tomada pela Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

O art. 26 do Código de Ética e Decoro Parlamentar prevê, quanto ao impedimento, o seguinte:

Art. 26 - Considera-se impedido o membro do Conselho, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando:

I - prestou depoimento como testemunha;

II - nele estiver postulando, como defensor dativo, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

III -for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;



IV - for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;

V - promover ação contra a parte ou seu advogado; ou

VI - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes, devidamente explicitado o interesse.

§ 1º - Na hipótese do inciso II do caput, o impedimento só se verificará quando a defensoria dativa já integrava o processo antes da designação do membro do Conselho. §

2º - É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento de membro do Conselho. Como se vê, não está presente nenhuma causa objetiva de impedimento no caso concreto.

A alegação de parcialidade, por sua vez, não foi comprovada pelos impetrantes e já foi resolvida pela CCJ, cf. parecer da seq. 1.57:

[...]

Muito embora a decisão administrativa tenha alcançado apenas a alegação de impedimento dos vereadores Genivaldo Jesus e Marcos Zanetti, suas razões também se estendem ao vereador relator Oseias Soares.

Assim sendo, em não havendo prova da ocorrência de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão administrativa, fica ela mantida também nesse ponto, posto que o Poder Judiciário fica proibido de reanalisar o mérito da decisão.

Inexiste, portanto, prova inequívoca do direito líquido e certo alegado, uma vez que o que está demonstrado nos autos é que os impetrantes pretendem que um pedido já decidido anteriormente, tanto na fase administrativa quanto no processo judicial seja redecidido – não há prova inequívoca, portanto, da ilegalidade procedimental aventada na inicial.

Assim, não cabe a este juízo, em sede liminar, rever a decisão político-administrativa já tomada e confirmada judicialmente, fundada apenas em uma análise perfunctória dos fatos alegados na inicial.

3.1. Diante do exposto, considerando que os impetrantes não comprovaram de plano que detêm o direito alegado, **indefiro** a liminar postulada.

4. Notifiquem-se as autoridades apontadas como coatoras para apresentação de informações no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 7º, I, da Lei nº 12.016/2009.



5. Dê-se ciência ao órgão de representação judicial das pessoas jurídicas interessadas, na forma do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009, para que, querendo, intervenham no feito.

6. Após, abra-se vista ao Ministério Público do Estado do Paraná, na forma do artigo 12 da Lei nº 12.016/2009.

7. Apresentadas as informações ou escoado o prazo, venham os autos conclusos com anotação de urgência.

Intimações e diligências necessárias.

Toledo, datado e assinado digitalmente.

DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI

Juíza de Direito Substituta

